

**REGULAMENTO GERAL PARA CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS
REFERENCIADOS EM BENS MÓVEIS**

GLOSSÁRIO	7
DA ADMINISTRADORA.....	9
DO CONSORCIADO.....	9
DA CESSÃO DO CONTRATO (TRANSFERÊNCIA).....	9
DA EXCLUSÃO.....	9
DA DESISTÊNCIA	10
DA CONSTITUIÇÃO DO GRUPO	10
DA ADESÃO AO GRUPO EM ANDAMENTO	11
DO BEM OBJETO.....	11
DOS PAGAMENTOS	11
DA ANTECIPAÇÃO DE PARCELAS E QUITAÇÃO DO SALDO DEVEDOR	13
DO VENCIMENTO DAS PARCELAS	14
DO REAJUSTE DAS PARCELAS	14
DA DIFERENÇA DE PARCELA.....	14
DA APLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS GRUPOS.....	15
DAS ASSEMBLEIAS.....	15
DAS CONTEMPLAÇÕES	17
DO CRÉDITO.....	20
DAS GARANTIAS	21
DO ENCERRAMENTO	22
DO SEGURO DE VIDA.....	23
DA DISSOLUÇÃO DO GRUPO	24
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	24
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	26

O presente Regulamento Geral para Constituição e Funcionamento de Grupos de Consórcios Referenciados em Bens Móveis (“Regulamento”), juntamente com a Proposta e Contrato de Participação em Grupo de Consórcio Segmento Bens Móveis (“Proposta”), que, em conjunto, Regulamento e Proposta, passam a ser denominados Contrato, tem a finalidade de disciplinar a relação jurídica entre a **PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, criando vínculo jurídico obrigacional entre as partes cuja a via original encontra-se registrada e arquivada no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, doravante denominada **ADMINISTRADORA**, pessoa jurídica de direito privado, com matriz, sede, foro e domicílio na cidade de São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, à Al. Barão de Piracicaba nº 740, 1º andar - CEP 01216-012, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 48.041.735/0001-90 e na PMSP sob nº 8.264.426-8, e o **CONSORCIADO**, ambos qualificados na Proposta, estipulando os direitos e obrigações aos quais as partes ficarão submetidas, de acordo com as disposições da legislação ordinária, especialmente com o Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº 11.795/08, a Circular Bacen nº 3432/09, respectivas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, a partir do instante em que o **CONSORCIADO** formalizar sua adesão às condições gerais e específicas previstas neste Contrato.

GLOSSÁRIO

ADESÃO: Pedido formal que o interessado faz à **ADMINISTRADORA** para ingressar em Grupo de consórcio denominada Proposta.

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO OU ADMINISTRADORA: Pessoa jurídica autorizada pelo Poder Público a formar Grupos e administrar os negócios e interesses dos **CONSORCIADOS**.

ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: Forma de garantir o pagamento de uma dívida, por meio da qual o devedor transfere a propriedade do bem ao seu credor, mas fica na posse do mesmo. Disso decorre a necessidade do cumprimento fiel da obrigação pelo devedor, sob pena de até mesmo vir a perder o bem, e ter, ainda assim, de quitar o saldo restante de sua dívida, perda essa que é ocasionada por um tipo de ação judicial bastante rápida.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA OU A.G.E.: Reunião, em caráter extraordinário, dos **CONSORCIADOS**, destinada à tomada de decisões sobre os assuntos indicados neste Contrato e outros de interesse do Grupo.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE CONTEMPLAÇÃO (Assembleia de Contemplação ou A.G.O.): Reunião mensal de **CONSORCIADOS** destinada à contemplação, à prestação de informações sobre o Grupo e à tomada das decisões previstas neste Contrato.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE CONSTITUIÇÃO DO GRUPO (Assembleia Inaugural): Primeira reunião de **CONSORCIADOS** destinada à constituição formal do Grupo.

BACEN: Sigla que identifica o Banco Central do Brasil, Autarquia Federal, responsável pela regulamentação da atividade e pela fiscalização das **ADMINISTRADORAS** de Consórcios.

BEM: Objeto do Grupo de Consórcio, indicado na Proposta de Adesão, que poderá consistir em bem móvel, novo ou usado, adquirido por meio de Concessionária, Revendedor Autorizado ou Particular.

BENS MÓVEIS: (identificados na proposta por meio da sigla BM + algarismo numérico): Produto lançado pela **ADMINISTRADORA**, destinado a aquisição de bem, com condições específicas discriminadas neste Regulamento.

CEDENTE: Pessoa física ou jurídica que cede sua participação na cota para outra pessoa.

CENTENA EQUIVALENTE: Centena correspondente à soma do número da cota com o número total de participantes do Grupo.

CESSÃO DO CONTRATO: Transferência feita pelo **CONSORCIADO** a terceiros dos direitos e obrigações constantes neste contrato.

CESSIONÁRIO: Pessoa física ou jurídica que recebe a participação na cota do cedente.

CONSORCIADO: Pessoa física ou jurídica que participa do Grupo de consórcio e assume a obrigação de contribuir integralmente com as suas finalidades.

CONSORCIADO ATIVO: **CONSORCIADO** que não foi excluído do Grupo.

CONSORCIADO CONTEMPLADO: **CONSORCIADO** que adquiriu o direito de utilizar o crédito, mediante a contemplação por sorteio ou por lance.

CONSORCIADO CREDENCIADO: **CONSORCIADO** cuja cota ou centena equivalente foi indicada à contemplação pela extração da Loteria Federal.

CONSORCIADO EXCLUÍDO: **CONSORCIADO** que deixa de participar do Grupo, por desistência voluntária ou por inadimplemento contratual, nos termos deste Regulamento.

CONSORCIADO NÃO CONTEMPLADO: **CONSORCIADO** que ainda não adquiriu o direito de utilizar o crédito.

CONSORCIADO SUBSTITUTO: **CONSORCIADO** que é admitido no Grupo em andamento, no lugar do excluído.

CONSÓRCIO: Reunião de pessoas físicas e/ou jurídicas, em Grupo fechado, promovida pela **ADMINISTRADORA**, com a finalidade de propiciar a seus integrantes a aquisição do bem.

CONTEMPLAÇÃO: Atribuição ao **CONSORCIADO** do direito de utilizar o crédito, observadas as disposições deste Contrato.

CONTRATO: Aquele formado pela Proposta juntamente com o Regulamento, que, firmado pelo **CONSORCIADO** e pela **ADMINISTRADORA**, cria vínculo jurídico obrigacional entre as partes, e pelo qual o **CONSORCIADO** formaliza seu ingresso em Grupo de consórcio, estando nele expressas as condições da operação de consórcio, bem como, de forma clara e explícita, os direitos e deveres das partes contratantes.

COTA: Fração com que cada **CONSORCIADO** participa do Grupo, identificada numericamente.

CRÉDITO: Valor correspondente ao preço do bem vigente na data da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, com os acréscimos previstos neste Contrato, colocado à disposição do **CONSORCIADO** Contemplado para a aquisição do Bem.

DIAS NÃO ÚTEIS: Serão considerados dias não úteis sábados, domingos e feriados nacionais.

FUNDO COMUM: Parte da importância recebida dos **CONSORCIADOS** que se destina às contemplações.

FUNDO DE RESERVA: Parte da importância recebida mensalmente dos **CONSORCIADOS** para a capitalização do Grupo e utilização nas hipóteses previstas neste Contrato.

GRUPO DE CONSÓRCIO OU GRUPO: União de **CONSORCIADOS** com o objetivo de possibilitar a cada um, por meio da contribuição de todos, o recebimento do crédito para aquisição de bem móvel, formando uma sociedade comum.

LANCE: Oferta feita em percentual do crédito acrescidos da taxa de administração e fundo de reserva com a finalidade de contemplar a cota de consórcio.

LANCE EMBUTIDO: Valor do crédito que poderá ser utilizado como forma de pagamento do lance na contemplação, conforme previsto no Regulamento.

LANCE LIVRE: Oferta feita em percentual do crédito acrescidos da taxa de administração e fundo de reserva que pode variar entre o valor de uma parcela e o valor total de quitação.

PARCELA MENSAL ou PARCELA: Valor devido pelo **CONSORCIADO**, composto pelo percentual do fundo comum, fundo de reserva, taxa de administração, seguros, se for o caso, e demais encargos e despesas previstas contratualmente.

SALDO DEVEDOR: Total de valores devidos pelo **CONSORCIADO**, que compreende as parcelas a vencer, as parcelas vencidas pendentes de pagamento, com os seus devidos encargos, as diferenças de parcelas e quaisquer outras obrigações financeiras não pagas, previstas neste Contrato.

SOCIEDADE COMUM: Aquela formada sem registro, e, portanto, sem personalidade jurídica, por duas ou mais pessoas que buscam atingir um objetivo comum.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MENSAL: Percentual mensal sobre o valor do crédito referente à remuneração paga pelo **CONSORCIADO** à **ADMINISTRADORA** pelos serviços prestados na organização e gestão dos interesses do grupo.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO TOTAL: Remuneração paga pelo **CONSORCIADO** à **ADMINISTRADORA**, pelos serviços que presta na organização e gestão dos interesses do Grupo.

URA - Unidade de Resposta Audível: Sistema de Telefonia Eletrônica.

DA ADMINISTRADORA

1º - A **ADMINISTRADORA** de consórcios é a prestadora de serviços com a função de gerir os negócios do Grupo e, nessa qualidade, será remunerada pela taxa de administração e pelas importâncias recebidas a título de juros e multa, na forma estabelecida neste Contrato, além das taxas de cessão do contrato e alteração do crédito e substituição da garantia.

1.1 - A gestão referida nesta cláusula será sempre fundamentada nas disposições deste Regulamento e legislação vigente.

DO CONSORCIADO

2º - O **CONSORCIADO** outorga poderes à **ADMINISTRADORA** para representá-lo na **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, quando a ela ausente.

2.1 - Para os demais atos pertinentes à cota o **CONSORCIADO** poderá ser representado por terceiros outorgados por procuração pública e específica;

3º - O **CONSORCIADO** obrigar-se-á a quitar integralmente o valor do bem objeto especificado na Proposta, bem como os demais encargos e despesas estabelecidas no capítulo “**DOS PAGAMENTOS**” deste Regulamento, até a data de encerramento do Grupo mediante o pagamento das parcelas nas datas de vencimento e na periodicidade aqui estabelecida.

3.1 - Além do disposto no capítulo deste artigo, o **CONSORCIADO** deverá cumprir todas as condições estabelecidas neste Regulamento.

DA CESSÃO DO CONTRATO (TRANSFERÊNCIA)

4º - O **CONSORCIADO NÃO CONTEMPLADO** poderá transferir este Contrato à terceiro, mediante anuência por escrito da **ADMINISTRADORA** e pagamento da taxa estabelecida no artigo 22.13, item “b” deste regulamento.

5º - O **CONSORCIADO CONTEMPLADO** ou **CRENCIADO** que não adquiriu o bem poderá transferir este Contrato à terceiro, mediante aprovação do crédito do cessionário, anuência por escrito desta **ADMINISTRADORA** e pagamento da taxa estabelecida no artigo 22.13, item “b”, deste Regulamento.

6º - O **CONSORCIADO CONTEMPLADO** com o bem poderá transferir este Contrato mediante aprovação do crédito do cessionário, cumprimento integral das disposições do capítulo “**DAS GARANTIAS**” e anuência por escrito da **ADMINISTRADORA**, além do pagamento das taxas estabelecidas no artigo 22.13, item “b”, “g” e “o”.

7º - O cessionário assume as obrigações e direitos constantes deste contrato mediante assinatura do Termo de Cessão do Contrato.

7.1 - O cessionário deverá assinar a **proposta de seguro de vida** ou **proposta de seguro de vida prestamista**, de acordo com as disposições contidas no artigo 51 e subitens deste Regulamento.

8º - Toda e qualquer transferência somente se dará caso o **CONSORCIADO** esteja regular com as obrigações aqui contratadas e mediante a presença do **CONSORCIADO** e cessionário, ou por meio de seus procuradores outorgados por Procuração Pública, específica para este fim, na sede ou filiais da **ADMINISTRADORA**, **ou ainda por meio de assinatura eletrônica**.

DA EXCLUSÃO

9. - O **CONSORCIADO NÃO CONTEMPLADO** que deixar de cumprir suas obrigações financeiras correspondentes a 3 (três) parcelas mensais, ou percentual equivalente, consecutivas ou não, poderá ser excluído do Grupo.

9.1 - Além do descrito, no capítulo deste artigo, o **CONSORCIADO NÃO CONTEMPLADO** e **CONTEMPLADO** que não adquiriu o bem, poderá ser excluído, mediante solicitação formal encaminhada à **ADMINISTRADORA**.

10 - A falta de pagamento na forma prevista no artigo 9º, caracteriza infração contratual pelo descumprimento da obrigação de contribuir para o atingimento integral dos objetivos do grupo, sujeitando-se o **CONSORCIADO** infrator, à título de cláusula penal, conforme disposto no artigo 53, parágrafo 2º do Código de Defesa do Consumidor, ao pagamento

da importância equivalente a 10% do montante a restituir, caso tenha o **CONSORCIADO** integralizado até 50% do valor do bem ao fundo comum; 5% do montante a restituir, caso o **CONSORCIADO** tenha integralização de 50,1% até 80% do valor do bem ao fundo comum; e estará isento o **CONSORCIADO**, caso tenha integralizado acima de 80% do valor do bem ao fundo comum.

10.1 - O CONSORCIADO EXCLUÍDO por solicitação própria, também estará sujeito, a título de cláusula penal, conforme disposto no artigo 53, parágrafo 2º do Código de Defesa do Consumidor, ao pagamento da importância equivalente a 10% do montante a restituir, caso tenha o **CONSORCIADO** integralizado até 50% do valor do bem ao fundo comum; 5% do montante a restituir, caso o **CONSORCIADO** tenha integralização de 50,1% até 80% do valor do bem ao fundo comum; e estará isento o **CONSORCIADO**, caso tenha integralizado acima de 80% do valor do bem ao fundo comum.

11. - O CONSORCIADO EXCLUÍDO, terá direito à restituição da importância paga ao fundo comum do grupo, cujo valor deverá ser calculado com base no percentual amortizado do valor do bem vigente na data da assembleia de contemplação, na forma do artigo 35.1, 35.1.1 e 35.1.2, deduzida a multa contratual e acrescido dos rendimentos da aplicação financeira, conforme disposto no artigo 39.1 deste Regulamento.

11.1 - O CONSORCIADO EXCLUÍDO, que não tenha utilizado ou resgatado os respectivos créditos, na forma do artigo anterior, terá restituídas as importâncias pagas ao fundo comum, após 60 (sessenta) dias da realização da última A.G.O, respeitadas as disponibilidades de caixa.

O crédito será apurado aplicando-se o percentual amortizado ao valor do bem vigente na data da última A.G.O, deduzida a multa contratual e acrescido dos rendimentos obtidos de sua aplicação financeira desde essa data, até o dia anterior ao efetivo pagamento ao credor, da mesma forma aplicável aos eventuais créditos de participantes que cumprirem integralmente suas obrigações.

DA DESISTÊNCIA

12 - O CONSORCIADO que assinar o Contrato fora das dependências da ADMINISTRADORA, poderá desistir desta contratação, mediante solicitação formal, no prazo de 7 (sete) dias contados da assinatura da Adesão, sendo restituídas as importâncias pagas na forma dos subitens seguintes:

12.1 – Os participantes do grupo terão a totalidade dos valores pagos reembolsados, no prazo máximo de 03(três) dias úteis da efetivação do cancelamento pela ADMINISTRADORA.

12.2 - A ADMINISTRADORA terá até 5 dias úteis, à contar da solicitação, para a efetivação do cancelamento da cota, período em que, havendo sorteio da loteria federal, não será considerada apta à contemplação para fins de devolução dos valores pagos, ocorrendo a participação a partir da assembleia subsequente.

13 - Caso o grupo ainda não tenha sido formado, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura da proposta e contrato de adesão, as importâncias previstas no campo 5 (cinco) da proposta serão restituídas no primeiro dia útil subsequente ao prazo aqui estabelecido, acrescida dos rendimentos provenientes de sua aplicação financeira.

DA CONSTITUIÇÃO DO GRUPO

14 - O Grupo será considerado constituído na data da primeira ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, convocada pela ADMINISTRADORA, quando houver existência de recursos suficientes para a realização do número de contemplações via sorteio previsto contratualmente para o período, considerados os créditos de maior valor do grupo e dentro do prazo de 90 dias a partir da primeira adesão.

14.1 - Após constituído o Grupo terá identificação própria e será autônomo, composto de créditos de diferentes valores, possuindo patrimônio próprio que não se confundirá com o patrimônio da ADMINISTRADORA e dos demais Grupos.

15 - O número máximo de participantes de cada Grupo, na data da constituição, será aquele indicado na página 2 da Proposta.

15.1 - Ocorrendo exclusão de CONSORCIADOS o Grupo continuará funcionando sem prejuízo do prazo de duração, exceto se, em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, for deliberada a dissolução do Grupo.

16 - A ADMINISTRADORA somente poderá participar de Grupos sob sua administração desde que não concorra à contemplação e o crédito indicado em sua cota ser-lhe-á atribuído após a contemplação de todos os CONSORCIADOS.

16.1 – As empresas coligadas e controladas ou controladoras da ADMINISTRADORA, bem como os administradores e pessoas com função de gestão na ADMINISTRADORA, empresas coligadas, controladas ou controladoras da ADMINISTRADORA também estarão sujeitos a esta regra.

17 - As informações relativas ao Grupo e a cota será encaminhada ao **CONSORCIADO** mensalmente por meio de Boleto Bancário e poderão ser obtidas no site da **ADMINISTRADORA**, Sistema de Telefonia Eletrônica (URA), Chat, e Central de Relacionamento.

18 - O prazo de duração do Grupo é o estabelecido no verso da Proposta, prazo este necessário para que todos os **CONSORCIADOS ATIVOS** adquiram os respectivos bens móveis, desde que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste regulamento.

18.1 - A aquisição do bem descrita no capítulo deste artigo deverá observar as condições estabelecidas nos capítulos **“DO CRÉDITO” E “DAS GARANTIAS”** constantes neste Regulamento.

DA ADEÇÃO AO GRUPO EM ANDAMENTO

19 - O **CONSORCIADO** que for admitido em Grupo em andamento ficará obrigado ao pagamento das parcelas do Contrato observadas as seguintes disposições:

- a) as parcelas a vencer deverão ser recolhidas normalmente, na forma prevista para os demais participantes;
- b) as parcelas vencidas deverão ser pagas até o final do prazo previsto para o encerramento do Grupo, diluídas nas parcelas mensais, ou pagas de uma só vez na aquisição da cota, atualizadas na forma prevista neste Contrato conforme determinação da **ADMINISTRADORA**.

20 - O **CONSORCIADO SUBSTITUTO** permanece obrigado a pagar as parcelas na forma prevista no artigo 22 e a cumprir todas as disposições estabelecidas neste Regulamento.

DO BEM OBJETO

21 - O **CONSORCIADO CONTEMPLADO** poderá adquirir com o respectivo crédito, qualquer bem móvel novo ou usado, ou ainda, utilizar o crédito para quitação total de financiamento de sua titularidade desde que respeitado o trâmite e apresentadas as garantias de acordo com as disposições do capítulo **“DAS GARANTIAS”**.

21.1 – O bem objeto da proposta dos grupos Bens Móveis, ao qual o **CONSORCIADO** terá direito no momento da contemplação, corresponderá ao campo “Dados do Plano” da Proposta e Contrato de Participação calculado sobre o bem nela indicado.

DOS PAGAMENTOS

22 - No ato da assinatura da proposta e contrato de participação será cobrado a primeira parcela, cuja importância será considerada definitivamente paga na data da primeira **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** do Grupo, observado o disposto nos artigos 27 e 28 do Regulamento.

O **CONSORCIADO** obriga-se ainda ao pagamento de parcela mensal, cujo valor será a soma das importâncias referentes ao fundo comum, fundo de reserva e taxa de administração, além dos demais encargos previstos neste Contrato, conforme descrição a seguir:

I - Remuneração da ADMINISTRADORA:

22.1 - A remuneração da **ADMINISTRADORA** pela formação, organização e administração do Grupo de consórcio será constituída pela taxa de administração calculada sobre o preço do bem móvel objeto do Contrato e pelas importâncias pagas a título de juros e multa, conforme artigo 22.13 item “c” e “h” de acordo com o estabelecido neste Contrato, além das taxas de cessão do contrato, alteração de crédito, substituição da garantia e taxa de permanência.

22.2 - A taxa de administração fixada na Proposta não poderá ser alterada durante o prazo de vigência do Grupo.

22.3 - A taxa de administração também será cobrada ou compensada quando houver cobrança ou devolução de diferença de parcela.

II - Recursos do Grupo:

22.4 - Os recursos do Grupo são constituídos por fundo comum, fundo de reserva e as importâncias pagas a título de juros e multa, conforme artigo 22.13 item “c” e “h” e recursos provenientes de sua aplicação, conforme descrito neste capítulo.

• Fundo Comum

22.5 - O valor destinado ao fundo comum do Grupo corresponderá ao percentual da parcela mensal calculado sobre o preço do bem móvel objeto do Contrato, vigente na data da realização da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** respectiva.

22.5.1 - O percentual da parcela mensal será resultante da divisão de 100% (cem por cento) pelo número de meses estantes para o encerramento do Grupo, quando da adesão, admitindo percentuais variáveis, desde que seja integralizado 100% (cem por cento) do preço do referido crédito, bem como os demais encargos e despesas estabelecidas no capítulo “**DOS PAGAMENTOS**” deste Regulamento, até a data de encerramento do Grupo.

22.6 - O fundo comum será constituído pelos recursos:

- a) provenientes das importâncias destinadas a sua formação, recolhidas por meio da parcela paga pelo **CONSORCIADO**;
- b) oriundos dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos do próprio fundo;
- c) oriundos do pagamento efetuado pelo **CONSORCIADO** admitido no Grupo em cota de **CONSORCIADO EXCLUÍDOS** ou **DESISTENTES**, das contribuições relativas ao fundo comum anteriormente pagas;
- d) provenientes de juros e multa de acordo com estabelecido neste Contrato;
- e) oriundos da aplicação da cláusula penal, de acordo com o estabelecido neste Contrato.

22.7 - Os recursos do fundo comum serão utilizados para:

- a) pagamento do crédito do **CONSORCIADO CONTEMPLADO**, de acordo com as hipóteses indicadas neste Contrato;
- b) restituição aos participantes e aos excluídos, quando do encerramento do Grupo;
- c) restituição aos participantes e aos excluídos no caso de dissolução do Grupo;
- d) devolução do valor do lance pago com recursos próprios, relativo ao montante destinado ao fundo comum, ao **CONSORCIADO** cuja contemplação tenha sido cancelada.

• Fundo de Reserva

22.8 - O valor destinado ao fundo de reserva do Grupo corresponderá ao percentual mensal estipulado na Proposta, calculado sobre o preço do bem objeto do Contrato, vigente na data da realização da **A.G.O.**

22.9 - O fundo de reserva será constituído pelos recursos:

- a) oriundos das importâncias destinadas a sua formação;
- b) provenientes dos rendimentos de aplicação financeira dos recursos do próprio fundo;
- c) oriundos do pagamento efetuado pelo **CONSORCIADO** admitido no Grupo em cota de excluídos ou desistentes, das contribuições relativas ao fundo de reserva anteriormente pagas.

22.10 - Os recursos do fundo de reserva serão utilizados, nas seguintes hipóteses:

- a) cobertura de eventual insuficiência de recursos do fundo comum;
- b) pagamento de prêmio de seguro para cobertura de inadimplência de parcelas de **CONSORCIADOS CONTEMPLADOS**;
- c) pagamento de despesas bancárias de responsabilidade exclusiva do grupo;
- d) pagamento de despesas e custos de adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais com vistas ao recebimento de crédito do grupo;
- e) contemplação, por sorteio, desde que não comprometida a utilização do fundo de reserva para as finalidades previstas nos itens “a” a “d”.

22.11 - Na ocorrência de utilização do fundo de reserva na forma prevista no artigo 22.10 é permitida a apropriação do valor relativo a taxa de administração pelo percentual ajustado.

22.12 - O fundo de reserva deverá ser contabilizado separadamente do fundo comum.

III - Taxas Decorrentes da Operação:

22.13 – O **CONSORCIADO** estará obrigado, ainda, aos seguintes pagamentos conforme especificado abaixo ou **tabela de tarifas vigentes** na ocasião do serviço solicitado/prestado:

a) prêmio de Seguro de Vida em Grupo, quando for o caso, sobre o saldo devedor, no percentual estabelecido na tabela com as especificações dos grupos do Contrato, conforme condições estabelecidas no capítulo “**DO SEGURO DE VIDA**”.

b) taxa na cessão do Contrato;

c) juros de 1% (um por cento) ao mês e multa moratória de 2% (dois por cento) calculados sobre o valor atualizado da parcela paga fora da data do respectivo vencimento, sendo os valores recebidos a este título destinados em igualdade ao Grupo e à **ADMINISTRADORA**;

d) despesas e honorários advocatícios na cobrança extrajudicial e judicial;

e) despesas e honorários advocatícios provenientes de processos judiciais, que no caso de ganho de causa por parte do **CONSORCIADO**, serão de responsabilidades do Grupo;

f) tarifa bancária, se for o caso de pagamento da parcela por essa via;

g) despesas decorrentes da compra/entrega do bem móvel, por solicitação do **CONSORCIADO**, em praça diversa daquela de constituição do Grupo;

h) despesas de multa e perdas e danos decorrentes de sua exclusão nos termos deste Contrato, sendo os valores recebidos a este título destinados em igualdade ao Grupo e à **ADMINISTRADORA**;

i) majoração das parcelas em atraso, quando da atualização do crédito;

j) do valor correspondente à atualização do crédito, nos termos deste Contrato;

k) diferença de parcelas referente à importância paga a menor, nos termos deste Contrato;

l) despesas de entrega de 2ª vias de documentos;

m) taxa de alteração do crédito;

n) taxa de permanência será aplicada a cada período de 30 (trinta) dias aos recursos não procurados por **CONSORCIADOS** e participantes excluídos, após comunicação efetuada nos termos do presente regulamento, extinguindo-se a exigibilidade do crédito quando o seu valor for inferior a R\$ 5,00 (cinco reais);

o) despesas devidamente comprovadas referente aos registros das garantias prestadas (inclusão de gravame, contrato de alienação fiduciária, aditamento ao contrato de alienação fiduciária);

p) pagamento de prêmio de seguro de quebra de garantia, se houver, em favor do Grupo segurado;

q) pagamento de taxa de substituição de garantia;

DA ANTECIPAÇÃO DE PARCELAS E QUITAÇÃO DO SALDO DEVEDOR

23 - O **CONSORCIADO** antecipará o pagamento do saldo devedor, na ordem inversa a contar da última parcela, no todo ou em parte, ou ainda, por meio do lance diluído, conforme artigo 36 e subitens deste Regulamento, nas seguintes hipóteses:

a) por meio de lance vencedor;

b) com parte do crédito quando da compra de bem móvel de valor inferior ao respectivo crédito;

c) ao solicitar a conversão do crédito em espécie após 180 (cento e oitenta) dias da contemplação, quitando integralmente seu saldo devedor.

23.1 - O saldo devedor compreende o valor não pago relativo as parcelas, eventuais diferenças de parcelas e as despesas previstas no capítulo “**DOS PAGAMENTOS**”;

23.2 - A antecipação de pagamento de parcelas do **CONSORCIADO NÃO CONTEMPLADO** não lhe dará o direito de exigir contemplação, ficando ele responsável pelas diferenças de parcelas na forma prevista neste Contrato.

23.3 - A quitação total do saldo devedor pelo **CONSORCIADO CONTEMPLADO** encerrará sua participação no Grupo com a consequente liberação das garantias ofertadas.

23.4 - Ao **CONSORCIADO NÃO CONTEMPLADO** é facultado o pagamento de parcelas vincendas, na ordem inversa, sendo que em caso de quitação do saldo devedor, este deverá aguardar a contemplação por sorteio.

DO VENCIMENTO DAS PARCELAS

24 - A **ADMINISTRADORA** manterá informado o **CONSORCIADO** quanto a data de vencimento das parcelas e a data de realização da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, por meio de calendário, documento ou qualquer meio destinado a este fim.

24.1 - A **ADMINISTRADORA** poderá alterar as datas referidas, nos documentos acima citados, mediante comunicação ao **CONSORCIADO** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

24.2 - Por motivos de força maior, em que houver impossibilidade da realização da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, em uma determinada data, é facultada a **ADMINISTRADORA** prorrogar o prazo dentro do mês vigente, sem prejuízo do pagamento das parcelas em seus respectivos vencimentos.

25 - O vencimento da parcela recairá até o 4º (quarto) dia útil anterior ao da realização da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**.

26 - O **CONSORCIADO** que não efetuar o pagamento da parcela ou percentual equivalente, até a data fixada para o seu vencimento, ficará impedido de concorrer ao sorteio ou de ofertar lance na respectiva **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Contrato.

26.1 - Atenção às datas de vencimento. Caso não receba o boleto para pagamento está disponível a 2ª via em nosso site (www.portoconsorcio.com.br). As datas de vencimento somente serão alteradas em casos de feriados nacionais. Caso seja feriado local o pagamento deverá ser antecipado.

26.1.1 - A parcela paga após a data de vencimento terá seu valor atualizado, de acordo com o valor do crédito referenciado na proposta, vigente na data da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, subsequente a do pagamento, ou seja, acrescidos do reajuste estabelecido neste Regulamento.

26.1.1.1 - A parcela paga em atraso ficará sujeita a multa moratória e juros, nos percentuais indicados no artigo 22.13 Item "c", sem prejuízo das demais sanções previstas neste Regulamento.

26.1.2 - O **CONSORCIADO CONTEMPLADO** que já adquiriu o bem objeto e atrasar sua parcela terá esta condição de inadimplemento apontada nos órgãos de proteção ao crédito, sendo comunicado previamente, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

26.1.3 - A **ADMINISTRADORA** deverá adotar, de imediato, os procedimentos legais necessários à execução das garantias, se o **CONSORCIADO CONTEMPLADO**, após a utilização do crédito, atrasar o pagamento das parcelas.

DO REAJUSTE DAS PARCELAS

27 - O valor do crédito objeto do plano será reajustado com base no índice de inflação (IPCA) acumulado de 12 meses. O 1º reajuste ocorrerá no 13º mês a contar da data de **ASSEMBLEIA INAUGURAL DO GRUPO**. Após isso o reajuste ocorrerá a cada 12 meses.

27.1 - Quando o índice adotado for extinto ou deixar de ser aplicado será substituído por índice correspondente, estipulado por decisão governamental, ou na omissão deste, por meio de deliberação de uma Assembleia Geral Extraordinária.

DA DIFERENÇA DE PARCELA

28 - A importância recolhida pelo **CONSORCIADO** que, em face do valor do crédito referenciado no bem objeto, vigente à data da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, resulte em percentual maior ou menor ao estabelecido para o pagamento da parcela mensal, denomina-se diferença de parcela.

28.1 - A diferença de parcela pode, também, ser decorrente da variação do saldo do fundo comum do Grupo que passar de uma para outra assembleia em relação à variação ocorrida no valor do crédito referenciado no bem objeto, verificada nesse período, nas seguintes hipóteses:

- a) se o preço for aumentado, a deficiência do saldo do fundo comum deverá ser coberta pelos rendimentos financeiros da aplicação de seus próprios recursos, pelo fundo de reserva e, por último, se necessário, pela cobrança da diferença rateada proporcionalmente entre os participantes;
- b) se o preço for reduzido, o excesso de saldo do fundo comum ficará acumulado para assembleia seguinte;
- c) nos casos previstos no item “a” o rateio será proporcional ao percentual efetivamente pago pelo **CONSORCIADO**. O ofertante de lance vencedor terá participação maior que os demais;
- d) na situação prevista no item “a” desta cláusula incidirá taxa de administração;
- e) a importância paga na forma prevista no item “a” desta cláusula será escriturada destacadamente na conta corrente do **CONSORCIADO** e o percentual correspondente não será considerado para efeito de amortização do crédito referenciado no bem objeto.

28.2 - A diferença de parcela de que trata esta cláusula, convertida em percentual do crédito, referenciado no bem objeto, será cobrada ou compensada até o vencimento da 2ª parcela que se seguir à sua verificação, ou ainda, quando da constatação da diferença.

DA APLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DOS GRUPOS

29 – Os recursos dos Grupos coletados serão obrigatoriamente depositados em banco múltiplo com carteira comercial, banco comercial ou caixa econômica.

29.1 – Os recursos de que trata o caput somente podem ser aplicados em títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), em fundos de investimentos e em cotas de fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio aberto, classificados em fundos de curto prazo e fundos referenciados, nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e alterações posteriores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

29.2 – A **ADMINISTRADORA** efetuará o controle diário da movimentação das contas componentes das disponibilidades dos grupos, inclusive os depósitos bancários, com vistas à conciliação dos recebimentos globais, para a identificação analítica por grupo e por **CONSORCIADO CONTEMPLADO** cujos recursos relativos ao crédito estejam aplicados financeiramente.

29.3 - As importâncias recebidas dos **CONSORCIADOS**, enquanto não utilizados nas finalidades a que se destinam, conforme disposição contratual, serão aplicadas financeiramente com os recursos do fundo comum, revertendo-se o respectivo produto a este próprio fundo.

30 - A utilização dos recursos do Grupo, bem como dos rendimentos provenientes de sua aplicação, só poderá ser feita mediante identificação da finalidade do pagamento:

- a) ao vendedor do bem objeto ao **CONSORCIADO CONTEMPLADO**, para efeito do respectivo pagamento, devendo ser especificado o número e a data da Nota Fiscal, exceto se particular, observadas as disposições do capítulo que trata “**DAS GARANTIAS**”, constante neste Regulamento;
- b) aos **CONSORCIADOS EXCLUÍDOS**, para devolução dos valores devidos;
- c) à **ADMINISTRADORA**, nos casos previstos neste Regulamento;
- d) nos casos indicados no artigo 21 deste Regulamento.

DAS ASSEMBLEIAS

I - Assembleia Geral Ordinária de Constituição do Grupo (Assembleia Inaugural)

31 - A **Assembleia Geral Ordinária** de Constituição do Grupo, doravante denominada “**Assembleia Inaugural**”, destina-se a esclarecer aos **CONSORCIADOS** o funcionamento operacional dos Grupos consorciais, contemplações e aprovação das contas do Grupo, nas formas previstas neste Regulamento.

31.1 - Na Assembleia Inaugural a ADMINISTRADORA deverá:

a) comprovar a comercialização de cotas para existência de recursos suficientes para a realização do número de contemplações via sorteio, previsto contratualmente para o período, considerado os créditos de maior valor do grupo e dentro do prazo de 90 (noventa) dias a partir da primeira adesão.

b) promover eleição de até 03 (três) **CONSORCIADOS** que, na qualidade de representantes do Grupo e com mandato gratuito, terão a responsabilidade de fiscalizar os atos da **ADMINISTRADORA** nas operações do respectivo Grupo;

c) deixar à disposição dos **CONSORCIADOS**, que tenham direito de voto na **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, a relação dos **CONSORCIADOS** do seu Grupo, contendo o nome e endereço completo dos participantes que permitirem esta divulgação, apresentando, quando for o caso, documento em que esteja formalizada a discordância do **CONSORCIADO** com a divulgação dessas informações, firmado quando da assinatura da Proposta;

d) fornecerá todas as informações aptas à apreciação da modalidade de aplicação financeira mais adequada para os recursos do Grupo, bem como as relativas ao depósito em conta bancária individualizada ou não;

e) fazer constar na Ata o nome e o endereço dos responsáveis pela auditoria externa devendo ser adotada igual providência quando houver alteração dos mesmos.

31.2 - Não poderão concorrer à eleição para representante de Grupo os sócios, gerentes, diretores, funcionários e prepostos com poderes de gestão da ADMINISTRADORA ou de empresas a ela ligadas.

31.3 - Os representantes do Grupo terão acesso, em qualquer data, a todos os demonstrativos e documentos pertinentes às operações do Grupo.

31.4 - Na hipótese de descumprimento das disposições contidas neste artigo o CONSORCIADO poderá retirar-se do Grupo, desde que não tenha concorrido à contemplação, e os valores pagos ser-lhe-ão restituídos, acrescidos dos rendimentos líquidos provenientes de sua aplicação financeira, devendo este cancelamento ser solicitado por escrito pelo CONSORCIADO.

31.5 - Somente o CONSORCIADO poderá participar das operações na Assembleia Inaugural, com exceção de terceiros outorgados por escrito pelo CONSORCIADO ou conforme o disposto no artigo 2º deste Regulamento, onde outorga poderes à ADMINISTRADORA para representá-lo na A.G.O, quando a ela ausente, sendo que cada cota dará direito a um voto.

II - Assembleia Geral Ordinária (Assembleias subsequentes à Inaugural)

32 - A Assembleia Geral Ordinária, doravante denominada “Assembleia Subsequente”, destina-se a esclarecer aos CONSORCIADOS o funcionamento operacional do seu Grupo e as contemplações, nas formas previstas neste Regulamento.

32.1 - A “Assembleia Subsequente” será realizada mensalmente em local, dia e hora estabelecidos pela ADMINISTRADORA e informado por meio de calendário, documento ou qualquer meio destinado a este fim e com qualquer número de CONSORCIADOS.

32.2 - Somente o CONSORCIADO poderá participar das operações na Assembleia Subsequente, com exceção de terceiros outorgados por escrito pelo CONSORCIADO, ou conforme o disposto no artigo 2º deste Regulamento, onde outorga poderes à ADMINISTRADORA para representá-lo na A.G.O, quando a ela ausente, sendo que cada cota corresponderá a um voto.

III - Assembleia Geral Extraordinária (A.G.E.)

33 - A Assembleia Geral Extraordinária, doravante denominada A.G.E, destina-se a deliberar sobre questões não pertinentes às Assembleias Inaugurais e Assembleias Subsequentes, competindo, portanto, a este evento:

a) deliberar a transferência da administração do Grupo para outra empresa, cuja decisão deverá ser comunicada ao Banco Central do Brasil;

b) deliberar sobre a fusão de Grupos de Consórcio a outro da própria **ADMINISTRADORA**;

c) deliberar a ampliação do prazo de duração do Grupo, com suspensão ou não do pagamento de parcelas por igual período, na ocorrência de fatos que onerem em demasia os **CONSORCIADOS** ou de outros eventos que dificultem a satisfação de suas obrigações;

d) deliberar sobre a dissolução do Grupo, na ocorrência de descumprimento das disposições legais relativas à administração do Grupo de consórcio ou das disposições constantes deste Regulamento;

e) deliberar sobre a dissolução do Grupo nos casos de exclusão de **CONSORCIADOS** em número que comprometa a contemplação dos participantes, no prazo estabelecido para duração do Grupo;

f) deliberar sobre a substituição do bem, ou dissolução do Grupo, na hipótese da descontinuidade de produção.

33.1 - Para os fins do disposto no artigo 33 apenas os **CONSORCIADOS ATIVOS** e em dia com os seus pagamentos poderão votar e nas deliberações referentes ao assunto indicado no item “f”, somente o **CONSORCIADO ATIVO NÃO CONTEMPLADO**.

33.2 - A **A.G.E.** será convocada pela **ADMINISTRADORA** por sua iniciativa ou por solicitação de no mínimo 30% (trinta por cento) dos **CONSORCIADOS**.

33.2.1 - Quando a convocação da **A.G.E.** for solicitada pelos **CONSORCIADOS**, a **ADMINISTRADORA** fará expedir sua convocação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva solicitação;

33.2.2 - A convocação da **A.G.E.** será efetuada mediante o envio de carta com aviso de recebimento (AR), telegrama ou correspondência eletrônica a todos os **CONSORCIADOS**, com prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis de antecedência de sua realização. Para contagem deste prazo considera-se excluído o dia da expedição de convocação e incluída a data de realização da **A.G.E.**

33.2.3 - Na convocação da **A.G.E.** constarão, obrigatoriamente, informações relativas à data, horário e local em que será realizada a Assembleia, bem como os assuntos a serem deliberados.

33.3 - Nas **Assembleias Gerais Extraordinárias** os procuradores ou representantes legais dos **CONSORCIADOS** deverão ter poderes específicos para deliberar sobre o assunto constante da convocação e a **ADMINISTRADORA** somente poderá representar o **CONSORCIADO** se esse lhe outorgar poderes específicos para o evento.

33.4 – As deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos dos presentes, não se computando os votos em branco. Consideram-se presentes os **CONSORCIADOS** que enviarem seus votos por carta com aviso de recebimento (AR), telegrama ou correspondência eletrônica recebidos pela **ADMINISTRADORA** até o último dia útil que anteceder a realização da assembleia.

DAS CONTEMPLAÇÕES

I - Regra Geral

34 - A Contemplação é a atribuição ao **CONSORCIADO** do direito de utilizar o crédito contratado, bem como para a restituição das parcelas pagas no caso dos **CONSORCIADOS EXCLUÍDOS** vigente na data da **Assembleia Geral Ordinária** da qual se deu a respectiva contemplação e de acordo com as disposições contidas neste Regulamento.

34.1 - Para efeito de contemplação será sempre considerada a data da **Assembleia Geral Ordinária**.

34.2 - A contemplação será sempre efetuada pelo sistema de sorteio ou lance.

34.3 - A **ADMINISTRADORA** que proceder à contemplação sem a existência de recursos suficientes ficará responsável pelos prejuízos causados ao **CONSORCIADO CONTEMPLADO**.

34.4 - Somente o **CONSORCIADO** em dia com suas parcelas ou percentual equivalente concorrerá à contemplação desde que tenha pago, impreterivelmente, até a data do vencimento, a respectiva parcela do mês em curso ou, se for o caso, demais parcelas em atraso.

34.4.1 – Concorrerão também à contemplação por sorteio os **CONSORCIADOS EXCLUÍDOS** na forma determinada neste contrato.

34.5 - O **CONSORCIADO** que aderir a Grupo em andamento somente concorrerá a contemplação por sorteio se esta adesão ocorrer anterior a apuração da Loteria Federal, conforme artigo 35 deste Regulamento.

II - Sorteio

35 - A contemplação por sorteio será efetuada mensalmente, com base na primeira extração da Loteria Federal de cada mês. Se até o último dia útil anterior à data da **Assembleia Geral Ordinária** do mês, não ocorrer nenhuma extração da Loteria Federal, será utilizado o resultado da última extração do mês anterior.

A contemplação por sorteio ocorrerá se houver recurso suficiente no fundo comum para atribuição de um crédito, facultada à **ADMINISTRADORA** a complementar o valor necessário com recursos do fundo de reserva.

35.1 – A contemplação por sorteio será primeiramente para o **CONSORCIADO ATIVO** e posteriormente ao **EXCLUÍDO**, cujo cancelamento seja o mais antigo da cota sorteada. Caso a devolução deste excluído não ultrapasse 20% do crédito de menor valor do grupo serão admitidas outras devoluções até este limite, desde que haja outros excluídos na mesma cota e respeitando a ordem de cancelamento.

35.1.1 – A **ADMINISTRADORA** terá até 5 dias úteis, a contar da solicitação, para a efetivação do cancelamento da cota, período em que, havendo sorteio da loteria federal, não será considerada apta à contemplação para fins de devolução dos valores pagos, ocorrendo a participação a partir da assembleia subsequente.

35.1.2 – Não havendo saldo suficiente para a contemplação do **CONSORCIADO ATIVO**, poderá ocorrer a contemplação do **EXCLUÍDO** até o limite estipulado no item 35.1.

35.2 - Para efeito de contemplação por sorteio serão obtidas 10 (dez) centenas do resultado da Loteria Federal, iniciando-se pelo 1º (primeiro) até o 5º (quinto) prêmio da extração da Loteria Federal.

35.3 - As centenas de que trata o parágrafo anterior, serão formadas unindo-se o 3º, 4º e 5º algarismos do 1º prêmio, o 2º, 3º e 4º algarismos do 1º prêmio, o 3º, 4º e 5º algarismos do 2º prêmio e assim sucessivamente, até que sejam formadas as 10 (dez) centenas.

35.4 - A preferência da contemplação será dada à centena formada pelo 3º, 4º e 5º algarismos do 1º prêmio da extração da Loteria Federal, e caso essa centena corresponda a participante já contemplado, ou se este não tiver pago suas parcelas, até a data do vencimento, a próxima preferência de contemplação será à 1ª centena formada pelo 2º, 3º e 4º algarismos do 1º prêmio, e assim sucessivamente, conforme critério estabelecido no artigo 35.3 deste capítulo.

35.5 - Caso se complete a ordem regressiva da 1ª a 10ª centena, conforme artigo 35.4, sem que se obtenha a cota com direito à contemplação, será contemplada a centena imediatamente posterior a 1ª centena válida formada pelo 3º, 4º e 5º algarismos do 1º prêmio da Loteria Federal, e caso essa centena corresponda a **CONSORCIADO** impossibilitado de participar da contemplação, prevalecerá a centena imediatamente anterior à 1ª centena válida formada pelo 3º, 4º e 5º algarismos do 1º prêmio da Loteria Federal, e assim sucessivamente, até que se obtenha um participante com direito a contemplação.

35.5.1 - Para devolução aos excluídos, será contemplada a centena formada pelo 3º, 4º e 5º algarismo do 1º (primeiro) prêmio da extração da Loteria Federal e, caso esta centena corresponda a **CONSORCIADO EXCLUÍDO** já contemplado para devolução, ou não corresponda à cota cancelada, a próxima preferência de contemplação será a centena formada pelo 2º, 3º e 4º algarismo do 1º prêmio, e assim, sucessivamente, conforme critério estabelecido no artigo 35.3, 35.4 e 35.5 deste Regulamento.

35.6 - Cada participante concorrerá com o número de sua cota e com a centena equivalente.

35.7 - A(s) centena(s) com a(s) qual(is) o **CONSORCIADO** concorrerá ao sorteio pela Loteria Federal será definida de acordo com o número de participantes do Grupo;

35.8 - **Havendo ainda disponibilidade de caixa para contemplação de mais cotas, e não mais havendo oferta de lances, deverão ser realizadas contemplações por sorteio, utilizando-se o mesmo critério estabelecido nos artigos 35.2 e 35.3, onde serão identificados os CONSORCIADOS com direito às demais contemplações.**

35.9 - Na Assembleia Inaugural o sorteio se processará de forma manual, no dia e horário destinado a este evento e com a constatação dos **CONSORCIADOS** presentes;

35.9.1 - As centenas serão formadas com o sorteio manual sendo o 1º número a unidade, o 2º a dezena e o 3º a centena, não sendo esta uma cota apta à contemplação, será efetuado outro sorteio para formação de outra centena e assim sucessivamente.

35.10 - Poderá a **ADMINISTRADORA** modificar a forma com que se processará o sorteio, por meio de apuração manual no ato das assembleias, em caso de extinção da Loteria Federal ou se identificar como benéfico ao Grupo, desde que o faça por meio de comunicação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias da próxima **Assembleia Geral Ordinária**.

35.11 - Os **CONSORCIADOS** terão acesso ao resultado da **Assembleia Geral Ordinária** por meio do site www.portoconsorcio.com.br ou pelo Sistema de Telefonia Eletrônica (URA). A **ADMINISTRADORA** poderá ainda, expedir carta, telegrama notificador ou correspondência eletrônica aos **CONSORCIADOS** contemplados.

III - Lance

36 - Após a realização do sorteio, ou não tendo este ocorrido por insuficiência de recursos, serão admitidas ofertas de lance que somente ocorrerá se houver recurso suficiente no fundo comum para viabilizar a contemplação.

36.1 - Todo lance, independentemente da forma de pagamento, será calculado sobre o valor do crédito vigente, na data da A.G.O, acrescido da taxa de administração e fundo de reserva.

36.2 - Os recursos provenientes de lance vencedor serão considerados como antecipação de parcelas, na ordem inversa a contar da última, ou, a critério do CONSORCIADO, diluído nas parcelas vincendas posteriores à A.G.O que deu origem à contemplação, desde que o faça por escrito ou na conformação da oferta de lance pelos canais eletrônicos, até o prazo estabelecido formalmente pela ADMINISTRADORA para o pagamento do lance, conforme artigo 36.9 e 36.9.1 deste Regulamento.

36.2.1 - A diluição do lance nas parcelas vincendas, posteriores a A.G.O, de que trata o artigo 36.3, estará limitado a 50% (cinquenta por cento) da amortização mensal do fundo comum. Se houver excedente deste limite será antecipado em parcelas na ordem inversa a contar da última.

36.3 - Os lances poderão ser ofertados até às 10h do dia da assembleia por Sistema de Telefonia Eletrônica (URA) e Internet ou pessoalmente na ADMINISTRADORA no dia da assembleia das 8h15 às 10h, pelo CONSORCIADO ou terceiros devidamente autorizados por escrito.

36.4 - Os lances serão ofertados em percentuais do crédito vigente na **Assembleia Geral Ordinária**, acrescidos da taxa de administração e do fundo de reserva.

36.5 - Será considerado vencedor o lance que representar o maior percentual de amortização dentre os ofertados.

36.6 - Havendo empate de lances até a 10ª colocação, o desempate será efetuado por meio de sorteio manual.

36.7 - O **CONSORCIADO CONTEMPLADO** terá acesso ao resultado da **A.G.O** por meio do site www.portoconsorcio.com.br ou pelo Sistema de Telefonia Eletrônica (URA).

36.7.1 - A **ADMINISTRADORA** poderá expedir carta, telegrama notificador ou correspondência eletrônica aos **CONSORCIADOS** contemplados.

36.8 - O **CONSORCIADO** terá o prazo de **02 (dois) dias úteis, a partir da realização da Assembleia Geral Ordinária, para efetuar o pagamento do lance.**

36.9 - A **ADMINISTRADORA** não efetuará substituição de contemplação se não houver tempo hábil para que o efetivo pagamento do lance seja contabilizado dentro do mês de realização da respectiva **A.G.O** ou não havendo saldo disponível no fundo comum.

36.9.1 - Em caso de substituição da contemplação o pagamento do lance deverá ser efetuado no dia útil seguinte à respectiva substituição, cuja informação estará disponível site www.portoconsorcio.com.br ou pelo Sistema de Telefonia Eletrônica (URA).

IV - Cancelamento da contemplação

37 - O Cancelamento da contemplação poderá ocorrer:

37.1 - por parte da **ADMINISTRADORA**, quando do não pagamento do lance, conforme estabelecido nos artigos 36.8 e 36.9.1. deste Regulamento.

37.2 - quando o **CONSORCIADO CONTEMPLADO** por sorteio ou lance, que não adquiriu o bem, deixar de cumprir suas obrigações financeiras correspondentes a 03 (três) parcelas mensais, ou percentual equivalente, consecutivas ou não.

37.3 - por solicitação do **CONSORCIADO CONTEMPLADO** por lance, desde que o faça por escrito, constando o grupo, cota, motivo e assinatura.

37.3.1 - o lance pago com recursos próprios serão devolvidos, acrescidos dos devidos rendimentos das aplicações financeiras, se houver, até o 3º dia útil da solicitação protocolada pela Central de Relacionamento da **ADMINISTRADORA**.

38 - Os **CONSORCIADOS CONTEMPLADOS** por sorteio não poderão cancelar sua contemplação com exceção de fazê-la por meio do cancelamento da cota, caso ainda não tenha adquirido o bem objeto deste Contrato, ou ainda conforme artigo 37.2 deste capítulo.

I - Regra Geral de Utilização

39 - O **CONSORCIADO CONTEMPLADO** poderá adquirir com o respectivo crédito qualquer bem móvel novo ou usado, inclusive Placa Solar ou ainda, utilizar o crédito para quitação total de financiamento de sua titularidade, desde que respeitado o trâmite e apresentadas as garantias de acordo com as disposições do capítulo “**DAS GARANTIAS**” deste Regulamento.

39.1 - A **ADMINISTRADORA** colocará à disposição do **CONSORCIADO CONTEMPLADO** o respectivo crédito, vigente na data da **Assembleia Geral Ordinária**, até o 3º (terceiro) dia útil após a contemplação, permanecendo os referidos recursos depositados em conta vinculada, aplicados em consonância com o disposto no artigo 29 e subitens, até o último dia anterior ao da utilização na forma aqui contratada.

39.2 - Se o valor do bem, em relação ao valor do crédito for:

- a) superior, o **CONSORCIADO CONTEMPLADO** ficará responsável pelo pagamento da diferença ao fornecedor;
- b) inferior, a diferença do crédito será destinada para pagamento das parcelas vincendas, na ordem inversa a contar da última, ou se quitado seu saldo devedor, a mesma ser-lhe-á restituída;

39.2.1 - Além do disposto neste artigo, item “b”, satisfeitas as garantias, o **CONSORCIADO** poderá utilizar o saldo, limitado a 10% (dez por cento) do valor do crédito, para pagamento das obrigações financeiras vinculadas ao bem, em favor de cartórios, seguradoras e departamentos de trânsito.

39.3 - A utilização do crédito ficará condicionada a apresentação das garantias estabelecidas no capítulo “**DAS GARANTIAS**”.

39.3.1 - Ao **CONSORCIADO** que, após a contemplação, tenha pago com recursos próprios importância para aquisição do bem, é facultado receber este valor até o montante do crédito, mediante apresentação de documentação comprobatória, observando-se as disposições estabelecidas neste Regulamento.

39.3.1.1 - Tal faculdade somente poderá ser exercida pelo **CONSORCIADO** se a referida forma de aquisição for efetivada com autorização por escrito da **ADMINISTRADORA**, sem prejuízo da possibilidade, em caso do não cumprimento fiel do disposto neste Regulamento, do não aceite da referida garantia e consequente não liberação do crédito.

39.4 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da contemplação, o **CONSORCIADO** poderá requerer a conversão do crédito em espécie, desde que pague integralmente seu saldo devedor.

39.5 - Caso o **CONSORCIADO CONTEMPLADO**, que não tenha utilizado o seu crédito, deixe de cumprir quaisquer obrigações devidas, após o vencimento da parcela, terá descontado do referido crédito os valores em atraso, ficando à critério da **ADMINISTRADORA** o limite máximo de parcelas, acrescidos de juros e multa moratória estabelecido no artigo 22.13 item “c” deste Regulamento.

39.6 - Se o crédito não for utilizado até o prazo de 60 (sessenta) dias após a realização da última assembleia do Grupo desde que o **CONSORCIADO** esteja integralmente quitado quanto às suas obrigações aqui contratadas, a **ADMINISTRADORA** comunicará ao **CONSORCIADO CONTEMPLADO** que o valor do crédito está à disposição, acrescido dos rendimentos financeiros.

II - Aquisição de Veículos ou Placa Solar

40 - O **CONSORCIADO CONTEMPLADO** poderá adquirir o bem móvel novo ou usado, devidamente regularizado, em qualquer parte do território nacional, e de acordo com as disposições do artigo 39 e subitens, sempre o fazendo após a conclusão do processo de que trata o capítulo “**DAS GARANTIAS**” deste Regulamento.

40.1 - O ano do veículo usado não poderá ser superior a 6 (seis) anos de fabricação, considerando inclusive o ano vigente.

40.2 - O **CONSORCIADO CONTEMPLADO** poderá adquirir Placa Solar de acordo com as disposições do artigo 39 e subitens, sempre o fazendo após a conclusão do processo de que trata o capítulo “**DAS GARANTIAS**” deste Regulamento.

III – Quitação de Financiamento Próprio

41 - O CONSORCIADO CONTEMPLADO poderá utilizar o crédito para quitação total de financiamento próprio, de acordo com as disposições do artigo 39 e subitens, sempre o fazendo após a conclusão do processo de que trata o capítulo “**DAS GARANTIAS**” deste Regulamento.

41.1 - O ano do veículo não poderá ser superior a 6 (seis) anos de fabricação, considerando inclusive o ano vigente.

IV - Alteração de Crédito

42 - O CONSORCIADO NÃO CONTEMPLADO poderá solicitar alteração do crédito indicado em sua cota de participação, por outro, desde que o crédito proposto componha o seu Grupo, ficando obrigado ao pagamento da taxa estabelecida no artigo 22.13 item “m”, e obedecidos os critérios de anuência da **ADMINISTRADORA**.

42.1 - Somente haverá a alteração de crédito se o CONSORCIADO cumpriu, até o momento, com as obrigações estipuladas neste Contrato.

42.2 - A alteração de crédito implicará no recálculo do percentual amortizado mediante comparação entre o crédito anterior e o escolhido.

42.2.1 - Não havendo saldo devedor, após a alteração do crédito, o **CONSORCIADO** deverá aguardar sua contemplação por sorteio ficando responsável pelas diferenças apuradas na forma do disposto nos artigos 27 e 28, até a data da respectiva contemplação;

42.3 - A referida alteração poderá ocorrer caso o valor pago pelo **CONSORCIADO** ao fundo comum não exceda a importância correspondente ao novo crédito.

42.4 - É vedada a alteração de crédito aos **CONSORCIADOS CONTEMPLADOS OU CREDENCIADOS** por meio de apuração da Loteria Federal.

DAS GARANTIAS

I - Análise de Crédito

43 - Após a contemplação será analisada a capacidade do **CONSORCIADO** de efetuar o pagamento das parcelas. Poderá ser solicitado a apresentação da documentação constante na “**Relação de Documentos Necessários para Análise de Crédito – Bens Móveis**” (Anexo I deste Regulamento).

43.1 - A **ADMINISTRADORA** disporá de 03 (três) dias úteis para a referida análise;

43.2 - Caso o parecer da referida análise não seja favorável, de acordo com a ferramenta de crédito homologada pela **ADMINISTRADORA**, esta poderá exigir garantia complementar, por meio de seguro de crédito, fiança bancária ou de pessoa(s) idônea(s), sendo esta última analisada conforme o descrito neste artigo.

43.3 - O prazo de validade da análise de crédito será de 03 (três) meses contados a partir da data da aprovação, exceto se houver perda, mudança de emprego ou de atividade do **CONSORCIADO** ou do avalista. Nessas situações ou ainda, caso o **CONSORCIADO** não efetue a aquisição do veículo dentro deste período, será necessária a atualização dos documentos para nova análise.

II - Análise do bem objeto

44 - Após o processo de que trata o artigo 43, o **CONSORCIADO** deverá providenciar a documentação necessária para alienação do veículo constante na “**Relação de Documentos e Procedimentos para Utilização do Crédito**” (Anexo II deste Regulamento).

44.1 - A **ADMINISTRADORA** disporá de 02 (dois) dias úteis para analisar a referida documentação, contados a partir da entrega integral dos documentos por parte do **CONSORCIADO**.

44.2 - Caso a garantia apresente restrições direta ou indiretamente serão solicitadas as devidas regularizações que respeitarão o prazo de análise estabelecido no artigo 44.1, visando a segurança da operação.

44.3 - A **ADMINISTRADORA** deverá ressarcir ao Grupo eventual prejuízo decorrente de aprovação de garantias insuficientes, prestadas pelo **CONSORCIADO** para utilizar o crédito, bem como de liberação de garantias sem o pagamento integral do saldo devedor.

III - Alienação do bem

45 - Para garantir o pagamento das parcelas vincendas será exigido do **CONSORCIADO CONTEMPLADO** alienação fiduciária do bem adquirido, cujo valor seja igual ou superior ao valor do saldo devedor, bem como assinatura de nota promissória, a critério da **ADMINISTRADORA**, vinculado ao contrato de alienação, para resguardar os interesses do grupo consorcial, observadas as disposições contidas na cláusula 39 deste Regulamento.

45.1 - Caso o **CONSORCIADO** utilize o crédito disponível para a aquisição de Placa Solar deverá ser apresentado como garantia substitutiva um automóvel com até 10 anos de fabricação.

IV - Pagamento do bem

46 - A **ADMINISTRADORA** efetuará o pagamento do bem móvel escolhido pelo **CONSORCIADO** em 2 (dois) dias úteis atendido o disposto no Anexo II e observadas as disposições contidas na cláusula 39 deste Regulamento.

46.1 - Caso o **CONSORCIADO** utilize o crédito disponível para a aquisição de placa solar deverá ser enviada a **ADMINISTRADORA** Nota Fiscal para que o pagamento seja efetuado. Caso o **CONSORCIADO** utilize o crédito para pagamento da instalação este serviço deverá ser incluso na mesma Nota Fiscal.

V - Substituição do bem

47 - O bem objeto em garantia poderá ser substituído, mediante prévia autorização da **ADMINISTRADORA**, obedecendo aos critérios deste capítulo “**DAS GARANTIAS**” e mediante pagamento das despesas de que trata o artigo 22.13, item “o” e “q”, deste Regulamento.

DO ENCERRAMENTO

48 - No prazo de 60 (sessenta) dias após a realização da última assembleia do Grupo e sendo os recursos suficientes, a **ADMINISTRADORA** deverá adotar os seguintes procedimentos, na ordem em que mencionados:

- a) comunicar o **CONSORCIADO** que não tenha utilizado o crédito que o mesmo está à disposição para o recebimento;
- b) comunicar aos **EXCLUÍDOS**, que ainda não tenham utilizado ou resgatado os respectivos créditos que os mesmos estão à disposição para recebimento;
- c) comunicar aos **CONSORCIADOS ATIVOS** que está a disposição o saldo existente no fundo comum e de reserva, se for o caso, proporcionalmente às respectivas parcelas mensais.

48.1 - Para a comunicação de que trata o presente artigo a **ADMINISTRADORA** deverá enviar carta com Aviso de Recebimento (AR), telegrama ou correspondência eletrônica com controle de recebimento.

49 - As disponibilidades financeiras remanescentes na data do encerramento contábil do Grupo, de que trata o artigo 50, serão considerados recursos não procurados.

49.1 - Aos recursos não procurados, após a comunicação efetuada nos termos do presente capítulo, será aplicada taxa de administração, conforme artigo 22.13 item “n”.

50 - O encerramento contábil do Grupo deve ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da realização da última assembleia de contemplação do Grupo e desde que decorridos, no mínimo, 30 (trinta) dias da comunicação de que trata o artigo 48, transferindo-se para a **ADMINISTRADORA**:

- a) Os recursos não procurados por **CONSORCIADOS ATIVOS** ou **EXCLUÍDOS** por desistência declarada ou inadimplemento contratual;
- b) Os valores pendentes de recebimento, objeto de cobrança judicial.

50.1 - Para fins do disposto neste capítulo, a **ADMINISTRADORA** assume a condição de devedora dos beneficiários, cumprindo-lhe observar as disposições legais constantes do Código Civil Brasileiro que regulam a relação entre credor e devedor.

50.2 - Os valores transferidos para a **ADMINISTRADORA** devem ser relacionados de forma individualizada, contendo, no mínimo, nome, número de inscrição no CPF ou CNPJ, valor, número do Grupo e da cota e o endereço do beneficiário.

50.3 - Os recursos não procurados e transferidos para a **ADMINISTRADORA** devem ser remunerados na forma da regulamentação vigente aplicável aos recursos de Grupos de Consórcio em andamento.

50.4 - Os valores pendentes de recebimento objeto de cobrança judicial, uma vez recuperados, devem ser rateados proporcionalmente entre os beneficiários, devendo a **ADMINISTRADORA**, até 30 (trinta) dias após o seu recebimento, comunicar aos mesmos que os respectivos saldos estão à disposição para devolução.

50.4.1 – As disponibilidades financeiras remanescentes de que trata o artigo 50.4, serão considerados recursos não procurados após 120 (cento e vinte) dias da sua recuperação.

50.5 - Os recursos não procurados, independentemente de sua origem, devem ser contabilizados em conta específica.

50.6 - No período compreendido entre a realização da última assembleia de contemplação e o encerramento contábil do Grupo, ressalvado o caso de intervenção ou de liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, é vedada a transferência do respectivo Grupo, bem como de seus recursos para outra **ADMINISTRADORA**.

50.7 – Prescreverá em 05 (cinco) anos a pretensão do **CONSORCIADO** ou do **EXCLUÍDO** contra o Grupo ou a **ADMINISTRADORA**, e estes contra aqueles, a contar da data referida no caput.

DO SEGURO DE VIDA

51 - A **ADMINISTRADORA** contratará seguro de vida do qual será beneficiária para pagamento do saldo devedor do **CONSORCIADO** na hipótese de sinistro em decorrência exclusiva de morte natural ou acidental e invalidez permanente total por acidente, limitado o valor da indenização a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), sem prejuízo dos demais riscos excluídos para o presente seguro de vida, não havendo cobertura para invalidez (parcial ou total) decorrente de doença.

51.1 - O **CONSORCIADO** pagará o prêmio de seguro, relativo ao percentual indicado no Contrato quando for o caso, limitado a pessoas físicas com idade entre 18 e 69 anos, 11 meses e 29 dias (no momento da adesão), mediante preenchimento obrigatório de um dos formulários a seguir:

- **Proposta de Adesão de Seguro de Vida (Anexo a este regulamento)** - para os casos em que o **CONSORCIADO** contar com, no máximo, 70 anos no encerramento do grupo; ou

- **Proposta de Adesão de Seguro de Vida Prestamista, a ser fornecido pela Seguradora** - para os casos em que o **CONSORCIADO** ultrapassar a idade de 70 anos no encerramento do Grupo limitado a 75 anos, ou com saldo de devedor acima de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

51.1.1 - A cobertura do seguro iniciará após a inauguração do respectivo Grupo ou, em se tratando de adesão em Grupo em andamento, na data da primeira assembleia de sua participação.

51.1.1.1 - Caso não haja inauguração do Grupo, o valor pago referente ao prêmio do seguro, será devolvido ao **CONSORCIADO**

51.2 - A inclusão do **CONSORCIADO** na apólice do seguro de vida a ser contratado pela **ADMINISTRADORA** dependerá de prévia análise, pela respectiva Seguradora, da sua “Proposta de Adesão de Seguro de Vida” ou “Proposta de Adesão de Seguro de Vida Prestamista”.

51.2.1 - A **ADMINISTRADORA** informará ao **CONSORCIADO** a recusa em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da “Proposta de Adesão de Seguro de Vida” ou “Proposta de Adesão de Seguro de Vida Prestamista” pela Seguradora. Este prazo será contado a partir da entrega dos documentos. Na hipótese de recusa o valor pago referente ao prêmio de seguro de vida será abatido nas parcelas vincendas, e não haverá cobertura para o saldo devedor da cota em caso de sinistro.

51.2.2 - A Seguradora poderá, após análise, solicitar documentação complementar ao **CONSORCIADO**, ficando este sem a cobertura do seguro de vida até a apresentação e aceitação da inclusão pela Seguradora. Nesta situação o valor pago referente ao prêmio de seguro será abatido nas parcelas vincendas do Consórcio, e não haverá cobertura para o saldo devedor da cota em caso de sinistro.

51.3 - Ocorrido sinistro com o **CONSORCIADO NÃO CONTEMPLADO**, a indenização será automaticamente ofertada como lance.

51.3.1 - Caso o lance não tenha sido vencedor a indenização será creditada como antecipação de parcelas na ordem inversa, não implicando em contemplação, sendo que a referida cota continuará sujeita às regras relativas à contemplação por sorteio.

51.4 - Não terá direito à cobertura do saldo devedor, através da indenização do Seguro de Vida, a cota que não estiver em dia com os pagamentos mensais no momento em que ocorrer o sinistro.

51.4.1 - Na hipótese do valor da indenização ser inferior ao saldo devedor da cota, os coparticipantes, sucessores legais e/ou beneficiários estarão sujeitos às obrigações constantes no capítulo “**DOS PAGAMENTOS**”.

51.4.2 - Quando se tratar de cota com mais de um titular o percentual cobrado será proporcional ao percentual de cobertura e indenização. Ocorrido sinistro em cotas com a participação de mais de um **CONSORCIADO**, a indenização será proporcional à participação percentual deste **CONSORCIADO** e observadas as demais cláusulas deste capítulo.

51.5 - Estão disponíveis na **ADMINISTRADORA** a íntegra com os Termos das Condições Gerais e Condições Particulares e Especiais do Seguro de Vida.

51.6 - Em caso de sinistro deverão ser entregues na **ADMINISTRADORA** os documentos constantes na relação “**Liquidação de Sinistros - Vida em Grupo e Acidentes Pessoais**” (Anexo III deste Regulamento).

DA DISSOLUÇÃO DO GRUPO

52 - Deliberada na **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a dissolução do Grupo:

I - Quando por assunto tratado no artigo 33 itens “d” e “e”, os **CONSORCIADOS** que tiverem recebido o crédito recolherão na data de vencimento as contribuições vincendas, relativas ao fundo comum, que serão atualizadas de acordo com o preço do crédito referenciado no bem móvel, na forma aqui estabelecida.

II - As importâncias recolhidas na forma do item anterior serão restituídas mensalmente, de acordo com a disponibilidade de caixa, por rateio proporcional ao saldo credor de cada um, primeiramente, aos **CONSORCIADOS ATIVOS** que não receberam o crédito e, posteriormente, aos excluídos.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

53 - Nos casos em que ocorrer a retomada do bem, extrajudicial ou judicialmente, a **ADMINISTRADORA** deverá vendê-lo.

53.1 - Os recursos arrecadados com a venda do bem destinar-se-ão ao pagamento das parcelas em atraso e vincendas, além do reembolso das despesas e honorários advocatícios previstos no artigo 22.13 item “d”, com apropriação ao fundo comum e de reserva, deduzida a taxa de administração.

53.2 - O saldo positivo, porventura existente, será devolvido ao **CONSORCIADO** cujo bem tenha sido retomado, ficando este responsável pelo saldo negativo, se houver.

54 – É de responsabilidade do **CONSORCIADO** a atualização de suas informações cadastrais perante a **ADMINISTRADORA**, e em especial o endereço, telefone e dados relativos a conta de depósito, se a possuir.

54.1 – A referida conta de depósito será utilizada para devolução de valores, se houver, inclusive no que tange a devolução no encerramento do grupo.

55 - Consideram-se pessoas politicamente expostas os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiros, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo, conforme relação a seguir:

PEP Direto

Defensor Público Geral da União

Deputado Federal

Diretor de Autarquia Federal ou equivalente

Diretor de Empresa Pública Federal ou equivalente

Diretor de Fundação Pública Federal ou equivalente

Diretor de Soc. de Economia Mista Federal ou equivalente

Governador

Membro de Tribunal Superior
Membro do Conselho Nacional de Justiça
Membro do Conselho Nacional do Ministério Público
Membro do Supremo Tribunal Federal
Membro do Tribunal de Contas da União
Membro Forças Armadas
Membro de Instituições de Ensino
Membro do Tribunal Regional Federal
Membro do Tribunal Regional do Trabalho e Eleitorais
Membro do Conselho Superior de Justiça
Membro do Conselho da Justiça Federal
Ministro de Estado
Prefeito de Capital de Estado
Presidente da República
Presidente de Assembleia e Câmara Legislativa
Presidente de Autarquia Federal ou equivalente
Presidente de Câmara Municipal de Capital de Estado
Presidente de Conselho de Contas de Estado/Distrito Federal
Presidente de Conselho de Contas de Municípios
Presidente de Empresa Pública Federal ou equivalente
Presidente de Fundação Pública Federal ou equivalente
Presidente de Soc. de Economia Mista Federal ou equivalente
Presidente de Tribunal de Contas de Estado/Distrito Federal
Presidente de Tribunal de Contas de Municípios
Presidente de Tribunal de Justiça
Procurador-geral Eleitoral
Procurador-geral da Justiça Militar
Procurador-geral da República
Procurador-geral de Justiça de Estado/Distrito Federal
Procurador-geral do Ministério Público junto ao TCU
Procurador-geral do Trabalho
Secretário-Especial
Senador
Subprocurador-geral da República
Vice-governador
Vice-prefeito de Capital de Estado
Vice-presidente da República
Vice-presidente de Autarquia Federal
Vice-presidente de Câmara Municipal de Capital de Estado
Vice-presidente de Empresa Pública Federal

Vice-presidente de Fundação Pública Federal

Vice-presidente de Soc. de Economia Mista Federal

Vice-procurador-geral da República

Vice-procurador-geral de Justiça

Vice-procurador-geral Eleitoral

Relacionamento Familiar

Pai e Mãe

Irmãos(ãs)

Filhos(as)

Cônjuge(Esposo/Esposa)

Companheiro(a)

Enteado(a)

Padrasto/Madrasta

Relacionamento Próximo

Representante ou Procurador de PEP

Assessor ou Assistente Parlamentar de PEP

Assessor ou Assistente Técnico de PEP

Assessor ou Assistente Jurídico de PEP

Sócios

Amigos de PEP

Parentes não constantes do Quadro Anterior

56 - A ADMINISTRADORA colocará à disposição do **CONSORCIADO** cópia das demonstrações financeiras da **ADMINISTRADORA** e do **GRUPO** devidamente autenticadas e assinadas pelos diretores e responsável pela contabilidade acompanhada das notas explicativas e do parecer da auditoria independente.

57 - As regras e disposições constantes deste Regulamento estão de acordo com as disposições da legislação ordinária, especialmente com o Código de Defesa do Consumidor, a Lei nº 11.795/08, Circular Bacen nº 3432/09, respectivas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, a partir do instante em que o **CONSORCIADO** formalizar sua adesão às condições gerais previstas neste Contrato.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. A PORTO SEGURO (aqui compreendida por todas as empresas pertencentes ao seu grupo econômico), tem o compromisso de respeitar e garantir a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos titulares e por isso, declara que o tratamento de dados pessoais se dá para o desempenho de suas atividades legais, observando a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema.

2. A coleta de dados pessoais pode ocorrer de diversas formas, como por exemplo: na cotação e/ou contratação de seus diversos produtos e serviços, utilizações do site e aplicativos, bem como nas interações com os diversos canais de comunicação, mas sempre respeitando os princípios finalidade, adequação, necessidade, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação e obrigações legais.

3. A PORTO SEGURO implementará as medidas técnicas e organizacionais apropriadas para proteger os dados pessoais, levando em conta técnicas avançadas disponíveis, o contexto e as finalidades do tratamento. As medidas de

segurança atenderão as (i) exigências das leis de proteção de dados; e (ii) medidas de segurança correspondentes com as boas práticas de mercado.

4. Os dados pessoais serão, em regra, armazenados pelo tempo que perdurará a relação entre as partes. Entretanto, há situações em que esses dados deverão ser armazenados além do período de relacionamento e essas situações advêm de exigências legais e/ou regulatórias, ou quando for necessário para exercer direitos em processos judiciais ou administrativos.

5. A **PORTO SEGURO** possui uma Política de Privacidade, a qual encontra-se disponível no seguinte endereço www.portoseguro.com.br

PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

Al. Barão de Piracicaba, 740, 1º andar – Torre A - Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP: 01216-012
Central de Relacionamento: (11) 3366 3006 São Paulo e Grande São Paulo, 0800 721 3006 Outras regiões
0800 727 8736 (atendimento exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)
SAC 0800 727 2743 - Ouvidoria 0800 727 1184
E-mail: administrativo.consorcio@portoseguro.com.br e <http://www.portoconsorcio.com.br>

ATENÇÃO

A apresentação dos documentos referentes ao item 1.1 é obrigatória para todos os consorciados e/ou avalistas (Pessoa Física). Para a apresentação dos demais documentos, é necessário verificar o enquadramento de cada um em sua atividade profissional, conforme itens 1.2, 1.3, 1.4 ou 1.5. Não aceitaremos documentação incompleta e após análise, se necessário, será solicitada documentação complementar.

DESPESAS: TAXA PARA INCLUSÃO DE GRAVAME E TAXA PARA REGISTRO ELETRÔNICO DO CONTRATO DE ALIENAÇÃO**1. CONSORCIADO/AVALISTA - PESSOA FÍSICA****1.1 - Para todos os consorciados e/ou avalistas:**

- Formulário de cadastro devidamente preenchido e assinado (original);
- C.P.F. e R.G (cópia simples) do consorciado, do avalista e dos respectivos cônjuges;
- Certidão de nascimento para os solteiros e de casamento para os casados, separados, divorciados ou viúvos;
- Declaração do IRPF completa com protocolo de entrega (cópia simples).
- Comprovante de residência atual: conta de luz, telefone ou gás (cópia simples);

1.2 - Para todos os consorciados e/ou avalistas, funcionários de empresa:

- Carteira profissional: páginas da foto, qualificação civil, registro da empresa atual, anteriores e anotações das alterações de razão social do empregador atual (cópia simples);
- Último recibo de salários/ordenados. Se comissionado, apresentar o recibo dos três últimos meses (cópia simples);

1.3 - Para todos os consorciados e/ou avalistas, autônomos / profissionais liberais:

- Inscrição na Prefeitura local (CCM ou equivalente);
- Identificação profissional: OAB, CREA, CRM, CRO, etc (cópia simples);
- DECORE (original emitido por contador e referente ao mês atual ou anterior).

1.4 - Para todos os e/ou avalistas, socios/titulares de firmas individuais:

- Cartão do C.N.P.J. atualizado (cópia simples);
- Contrato social consolidado e alterações posteriores (cópia simples);
- DECORE (original emitido por contador e referente ao mês atual ou anterior).

1.5 - Para todos os consorciados e/ou avalistas, funcionários públicos:

- Documento de Identificação funcional (cópia simples);
- Último recibo de salário (cópia simples).
- Carteira Profissional: páginas da foto, qualificação civil e registro atual, caso seja funcionário público em regime de C.L.T. – Consolidação das Leis do Trabalho (cópia simples).

2. CONSORCIADO - PESSOA JURÍDICA

- Formulário de cadastro devidamente preenchido e assinado (original);
- Contrato social consolidado e alterações posteriores (cópia simples);
- Cartão do C.N.P.J. atualizado (cópia simples);
- Último demonstrativo de resultados (cópia simples);
- Declaração do IRPJ completa com protocolo de entrega (cópia simples);
- Formulário de cadastro dos sócios devidamente preenchido e assinado (original);
- C.P.F. e R.G. dos sócios e respectivos cônjuges (cópia simples);
- Declaração do IRPF completa dos sócios com protocolo de entrega (cópia simples);
- DECORE dos sócios (original, emitido por contador e referente ao mês atual ou anterior).

PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

Al.Barão de Piracicaba, 740, 1º andar – Torre A - Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP: 01216-012
Central de Relacionamento:(11) 3366 3006 São Paulo e Grande São Paulo , 0800 721 3006 Outras regiões
0800 727 8736 (atendimento exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)
SAC 0800 727 2743 - Ouvidoria 0800 727 1184
E-mail: administrativo.consorcio@portoseguro.com.br e <http://www.portoconsorcio.com.br>

Para aquisição de Placa Solar:

Preencher formulário que será encaminhado para o **CONSORCIADO** após a contemplação assim como enviar para o e-mail faturamento.consortio@portoseguro.com.br os documentos abaixo:

- Pedido de compra ou orçamento de venda da Placa Solar;
- Cópia do certificado de registro e licenciamento do veículo (CRV) do consorciado (a ser utilizado como garantia substitutiva);

Após a aprovação, o consorciado deverá encaminhar à **ADMINISTRADORA**:

- Nota Fiscal de Venda da Placa Solar;
- Cópia autenticada do recibo de transferência do veículo em branco.”

Para aquisição de veículo zero quilômetro

Preencher formulário que será encaminhado para o **CONSORCIADO** após a contemplação.

A **ADMINISTRADORA** providenciará o contrato de alienação para assinatura mediante entrega da **nota fiscal de venda** do veículo.

Para aquisição de veículo usado em revenda ou concessionária

Preencher formulário que será encaminhado para o **CONSORCIADO** após a contemplação assim como enviar para o e-mail faturamento.consortio@portoseguro.com.br o documento abaixo:

- Cópia do certificado de registro e licenciamento do veículo (CRV);

Após a aprovação, o consorciado deverá encaminhar à **ADMINISTRADORA**:

- Nota fiscal de venda** do veículo;
- A **ADMINISTRADORA** providenciará o contrato de alienação para assinatura mediante a entrega dos documentos acima solicitados.

Para aquisição de veículo usado de particular

Preencher formulário que será encaminhado para o **CONSORCIADO** após a contemplação assim como enviar para o e-mail faturamento.consortio@portoseguro.com.br o documento abaixo:

- Cópia do certificado de registro e licenciamento do veículo (CRV);

Após a aprovação, o consorciado deverá encaminhar à **ADMINISTRADORA**:

- Cópia autenticada do recibo de transferência do veículo preenchido e com firma reconhecida do vendedor;

Para aquisição de veículo usado que se encontra financiado em outra instituição:

Preencher formulário que será encaminhado para o **CONSORCIADO** após a contemplação assim como enviar para o e-mail faturamento.consortio@portoseguro.com.br o documento abaixo:

- Cópia do certificado de registro e licenciamento do veículo (CRV);

Após a aprovação o consorciado deverá encaminhar à **ADMINISTRADORA**:

- Cópia autenticada do recibo de transferência do veículo preenchido e com firma reconhecida do vendedor;

Liberação do gravame, pela instituição financeira credora, junto ao SNG (Sistema Nacional de Gravames);

A **ADMINISTRADORA** providenciará o contrato de alienação para assinatura mediante a entrega dos documentos acima solicitados.

Para quitação de financiamento próprio:

Deverão ser enviados à **ADMINISTRADORA**, para fins de autorização da quitação, para o e-mail faturamento.consortio@portoseguro.com.br, os seguintes documentos:

- Cópia do certificado de registro e licenciamento do veículo (CRV);
- Cópia autenticada do recibo de transferência do veículo (sem preenchimento);

Após a aprovação o consorciado deverá encaminhar à **ADMINISTRADORA**:

- Liberação do gravame, pela instituição financeira credora, junto ao SNG (Sistema Nacional de Gravames);**
- A **ADMINISTRADORA** providenciará o contrato de alienação para assinatura mediante a entrega dos documentos acima solicitados.

ATENÇÃO:

1) Para aquisição de automóvel o ano do veículo não poderá ser superior a 6 (seis) anos de fabricação considerando inclusive o ano vigente.

1.1.) Para aquisição de placa solar o veículo a ser utilizado como garantia substitutiva não poderá ser superior a 10 (dez) anos de fabricação, considerando inclusive o ano vigente.

2) A autorização de faturamento será encaminhada pela **ADMINISTRADORA** no prazo de 1(um) dia útil

3) O pagamento ao fornecedor do veículo será efetuado em 02 (dois) dias úteis contados a partir da entrega de todos os documentos solicitados na autorização de faturamento e do cadastro do veículo junto ao SNG (Sistema Nacional de Gravames);

4) O pagamento à instituição financeira credora será efetuado em 2 (dois) dias úteis contados a partir da entrega de todos os documentos solicitados na autorização de faturamento e da liberação do gravame junto ao SNG (Sistema Nacional de Gravames).

PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

Al. Barão de Piracicaba, 740, 1º andar – Torre A - Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP: 01216-012
Central de Relacionamento: (11) 3366 3006 São Paulo e Grande São Paulo, 0800 721 3006 Outras regiões

0800 727 8736 (atendimento exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

SAC 0800 727 2743 - Ouvidoria 0800 727 1184

E-mail: administrativo.consortio@portoseguro.com.br e <http://www.portoconsorcio.com.br>

I - Morte Natural

1. Original do Aviso de Sinistro preenchido, no verso, pelo médico assistente do falecido disponível no site www.portoseguro.com.br;
2. Cópia Autenticada da Certidão de Óbito;
3. Cópia Simples do RG, CPF e comprovante de residência do falecido;
4. Cópia Simples do RG, CPF e comprovante de residência do “interessado” (exemplo: cônjuge; companheira; pais; filhos; etc.);

II - Morte Acidental*

1. Cópia Autenticada da Certidão de Óbito;
2. Cópia Simples do RG, CPF e comprovante de residência do falecido;
3. Cópia Simples do RG, CPF e comprovante de residência do “interessado” do sinistro (exemplo: cônjuge; companheira; pais; filhos; etc.);
4. Cópia Simples do CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho - se for o caso;
5. Cópia Simples do Boletim de Ocorrência Policial;
6. Cópia Simples do Laudo de Exame Necroscópico elaborado pelo IML (Instituto Médico Legal) e/ou resultado de exames complementares (alcoolemia, toxicológico), se houver;
7. Cópia Simples da Carteira Nacional de Habilitação do falecido, caso tenha sido acidente automobilístico, em que tenha sido condutor do veículo;

III - Invalidez Permanente Total por Acidente

1. Original do Aviso de Sinistro preenchido pelo segurado e médico assistente disponível no site www.portoseguro.com.br;
2. Cópia Simples do RG, CPF e comprovante de residência do segurado;
3. Cópia Simples da CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho - se for o caso;
4. Original do Atestado de Alta Médica definitiva, informando as sequelas deixadas pelo acidente, discriminando cada órgão ou membros lesados, inclusive o percentual;
5. Originais dos Resultados de todos os exames realizados pelo segurado;
6. Cópia Simples do Boletim de Ocorrência Policial - se for o caso;
7. Cópia Simples da Carteira Nacional de Habilitação do segurado quando se tratar de acidente automobilístico, em que o mesmo tenha sido o condutor do veículo.

PORTO SEGURO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA

Al. Barão de Piracicaba, 740, 1º andar – Torre A - Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP: 01216-012
Central de Relacionamento: (11) 3366 3006 São Paulo e Grande São Paulo , 0800 721 3006 Outras regiões
0800 727 8736 (atendimento exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)
SAC 0800 727 2743 - Ouvidoria 0800 727 1184
E-mail: administrativo.consorcio@portoseguro.com.br e <http://www.portoconsorcio.com.br>